

# A LUZ IMORTAL DE VASCO DA GAMA

JOÃO LYRA FILHO





**JOÃO LYRA FILHO**

# **A LUZ IMORTAL DE VASCO DA GAMA**

*Conferência pronunciada na Sessão Solene do Conselho Deliberativo do Club de Regatas Vasco da Gama de 20 de agosto de 1969, em comemoração do 71º aniversário de fundação do clube e do 5º Centenário do nascimento de Vasco da Gama.*

**PROF. HÉLIO DANTAS**

ADVOGADO

Rua Ana Nery, 359 - Tel. 5677

NATAL - Rio Grande do Norte - BRASIL

1969

RIO DE JANEIRO

GUANABARA

CAPA — Monumento ao Almirante  
Vice-Rei da Índia, no Estádio Vasco  
da Gama (Rio de Janeiro).

**A**O FESTEJAR o 71.º aniversário de sua fundação, o Club de Regatas Vasco da Gama dedicou também uma Sessão Solene do seu Conselho Deliberativo às comemorações do 5.º Centenário do nascimento de Vasco da Gama, celebrado êste ano em Portugal com largo programa de cerimônias e atos oficiais pelo Govêrno e instituições culturais e científicas. O culto que o clube deve ao grande navegador vem não sòmente do fato de adotar o seu nome, mas da circunstância histórica, certamente considerada pelos fundadores ao escolhê-lo, de estar na epopéia dos Descobrimentos Marítimos, em que se destacou Vasco da Gama, a verdadeira origem do Brasil como nação do Nôvo Mundo.

A Sessão Solene efêtuou-se no dia 20 de agôsto, na Sede Náutica da Lagoa. Honrou-nos o ilustre professor, escritor e desportista Dr. João Lyra Filho, Reitor da Universidade do Estado da Guanabara, com a aceitação do convite para pronunciar nesse ato a conferência que ora se edita, e a gratidão do Club de Regatas Vasco da Gama está expressa neste ofício que em seguida lhe foi dirigido:

“Rio de Janeiro, 21 de agôsto de 1969.

Exmo. Sr. Dr. João Lyra Filho

Magnífico Reitor da Universidade do Estado da Guanabara.

Sensibilizados pela forma como V. Exa. se dignou aceder ao nosso convite para pronunciar, como orador oficial, uma conferência na Sessão Solene do Conselho Deliberativo reali-

zada em 20 de agosto corrente, em comemoração do 71.º aniversário de fundação deste clube e do 5.º Centenário do nascimento de Vasco da Gama, vimos não somente agradecer-lhe essa especial deferência como traduzir o sentimento, a admiração e a homenagem que os aplausos do auditório vascaíno, naquela hora emocionada, tão espontânea e calorosamente lhe manifestaram.

A valiosa participação de V. Exa., Grande Benemérito do Club de Regatas Vasco da Gama e figura ilustre do magistério, da cultura e do desporto brasileiro, conferiu àquele ato o maior valor, constituiu para o clube uma honra extraordinária e foi motivo de congratulações para todos os vascaínos, que tiveram na erudição da sua conferência, profunda e amena ao mesmo tempo, uma lição de História com tôdas as evocações próprias do fato que se comemorava.

Aproveitamos o ensejo para renovar a V. Exa. o pedido logo formulado, no sentido de que nos ceda, para a divulgação merecida, o original daquele magnífico trabalho.

Queira V. Exa. aceitar, com grande reconhecimento, os protestos de nossa elevada consideração.

Atentamente.

JOÃO MARIA MEDRADO DIAS

Presidente do Conselho Deliberativo".

**PROF. HÉLIO DANTAS**  
ADVOGADO  
Rua Ana Nery, 353 - Tel. 5677  
NATAL - Rio Grande do Norte - BRASIL

**O** DESTINO permitiu-me participar, como Presidente do Conselho Nacional de Desportos, das comemorações do cinquentenário deste Clube que me honrou com o título de grande-benemérito. Já se vão vinte e um anos, e ainda não caduco! Então, na sessão solene realizada no Gabinete Português de Leitura, não deixei de acentuar em minha oração: “Sois privilegiados, vascaínos, porque tendes uma história mais comprida do que a vossa existência: acumulais de antes do nascimento a cronologia de muitos séculos portugueses”. Acrescento nesta véspera do 71º aniversário de fundação: No curso desta outra metade do vosso primeiro século, já tendes razão para entrever a excel-situde do centenário.

O grande Osvaldo Aranha, que foi um dos vos-sos, fixou-se neste juízo irrecusável: “O aspecto

que eleva e enobrece a vida do Vasco, mais do que seus triúfos desportivos, é o de haver somado brasileiros e portugueses em comunhão íntima, solidária e fraternal, como nenhuma outra instituição. O vascaíno não é nem brasileiro e nem português, mas o representante do destino comum e inseparável do Brasil e de Portugal. Neste mundo atormentado em que a sorte dos povos se torna cada vez mais incerta e insegura, apenas sobreviverão os que tiverem a consciência vascaína, isto é, a da união cada vez maior dos povos, sobretudo os do mesmo sangue, da mesma religião, da mesma língua, do mesmo sentimento e das mesmas idéias”.

Temos o privilégio de falar a mesma língua para exprimirmos os sentimentos e as idéias comuns, sem nenhum outro condômino dêsse patrimônio. Joaquim Nabuco disse ser ela comêço da ressurreição do patriotismo. Flor do Lácio, douram-lhe os reflexos do sol no mediterrâneo e a perfumam as essências balsâmicas da Ásia. Cantante, espumosa e rubra, ela viajou para o Brasil com um vago murmúrio de palmeiras à sombra de cuja fronde esguia canta o sabiá. Com ela, podemos repetir os alexandrinos de Camões: “Duas Pátrias

eu tenho, cada qual mais bela; o meu amor por esta exalta o amor àquela”.

O brasileiro em viagem por países europeus sente diminuídas as saudades do Brasil quando estaciona em Portugal; com certeza, por encontrar ali muita coisa que parece nossa e por sentir muita vida que participa da nossa vida. Acredito que o oposto também ocorra no Brasil, em relação aos portugueses. A gente afoga saudades ali e afaga esperanças aqui. Na mistura das saudades com as esperanças vivemos em comum o dia a dia como se pertencêssemos a uma Pátria que começa em Portugal e termina no Brasil. Acreditamos ver simbolizado no vermelho da Bandeira de Portugal o sangue que lateja na maioria do povo brasileiro.

### I. D. HENRIQUE, O ARTÍFICE

A história das descobertas que enriquecem o patrimônio da cultura portuguesa pode resumir-se na imagem de um fulcro humano aurificado com o nome do Infante D. Henrique. Sem a pretensão do trocadilho, extraio o referido nome Henrique do verbo *enriquecer*. O projeto do Infante foi executado como ponto de partida em direção aos périplos

que levaram Portugal à conquista marítima de tantas glórias. O tráfico de gêneros do sertão, da malagueta, do marfim e das especiarias importadas pelo Mar Vermelho extinguiu-se com a tomada de Ceuta. D. Henrique teria que saber em Tunis o caminho dos referidos produtos.

No conhecimento das vias do comércio oriental, através das quais seria possível aos árabes a compra das mercadorias existentes na Índia e no extremo oriente, o Infante avivou no espírito os planos de expansão. As atividades dos mongóis, o Mar Cáspio, o Mar Negro, Constantinopla, Berenice, as caravanas, o Rio Nilo, Alexandria e, em suma, o Mediterrâneo, eis os pontos cartográficos que seus olhos marcavam. O Mediterrâneo era, então, o escoadouro do comércio. Os mercadores das repúblicas italianas teriam que negociar sempre com os mesmos intermediários. O preço das mercadorias era triplicado e o do incenso era pago pelo quádruplo.

Em clima assim tão aviltado, certo papa extremou-se na excomunhão daqueles que comerciavam com os infiéis, embora isto não lograsse interromper o tráfico. Os documentos oficiais da Igreja, os textos dos cronistas, as bulas renovadas, em todos

os papéis de advertência, o mesmo cruzamento de assuntos espirituais e temporais. O saque não deixaria de ser o coroamento das vitórias utilitárias. Então, como hoje, a História era governada pela cupidez que a economia dos povos oculta em suas entranhas. Os soldados cristãos não ignoravam que a guerra se faz com dinheiro e que o ouro sustenta os sucessos mercantis.

As bulas pontificiais não constróem o êxito bélico. Os exércitos numerosos dos cruzados não iriam à guerra apenas em busca da indulgência plenária. Os saques e as compensações êles os equacionavam antes de se lançarem ao inimigo. A História registra como prova os desentendimentos dos cruzados com os portugueses, ao ocorrer a tomada de Silves, por causa do roubo pretendido na passagem para a Terra Santa. Ao tempo de D. Sancho II, a avidez de outros guerreiros da cruz tentou saquear Lisboa; foram combatidos e presos. Como ainda acontece hoje, aos mouros fazia-se pagar o custo das expedições que os atacavam em nome da fé. Chama-se a isto, agora, indenização cobrada às nações derrotadas pelas despesas de guerra.

Mas os portugueses não abastardaram o espírito em face de suas descobertas. A difusão da fé

sempre constituiu o escopo dos nossos maiores, inclusive no combate e na destruição das riquezas dos mouros. Na tripulação dos seus navios não eram raros os padres afeiçoados à catequese e os mercadores destinados às feitorias: êstes conduziam paramentos de igreja; barretes e guisos para atrair os africanos. A conversão ao cristianismo constituiu objetivo dos portugueses nas instruções relativas à exploração do reino de Angola. Os descobridores lusos fizeram-se úteis à fé, servindo à religião e ao tesouro.

Os cruzados do século XV não partiam à toa, em multidão desordenada, mendigando ou roubando pelo caminho como os maltrapilhos do eremita Pedro. Soldos, armamentos de navios e equipamentos de frotas exigiam o dinheiro deduzido das terças arrecadadas pela Igreja. Os pesados ônus seriam ressarcidos por cobrança aos maometanos responsáveis; os investimentos eram feitos para combatê-los em defesa da civilização européia continuamente ameaçada. Daí os tributos cobrados à força, os saques, as presas e os ataques ao monopólio comercial, de vez que os grandes lucros do tráfico da especiaria permitiam aos mussulmanos mobilizar soldados e lançar navios no combate à Europa.

Mas os portugêses se deram conta de que não poderiam atrair no Mediterrâneo a corrente comercial indispensável ao sustento dos seus empórios. As expectativas alvissareiras resultantes da posse de Ceuta embotaram. O teatro da guerra teria que ser deslocado para o oriente. A despeito de possuir excelentes marinheiros, a Portugal muito custaria o alimento de uma campanha ao longo da distância incerta e insegura. Quem se dispusesse a caminhar em direção ao oriente só conheceria os roteiros que, indo-se por terra, eram abertos ao Mediterrâneo. Forçoso seria o percurso do Mar Tenebroso, de tentativa em tentativa, visando-se à descoberta de um caminho marítimo para a Índia.

A emprêsa haveria de enfrentar mistérios e perigos. Êstes resultariam dos inevitáveis encontros com os mussulmanos, cujo poder comercial em concorrência teria que ser batido. Os riscos a serem prevenidos justificariam a tratativa de uma aliança que, naturalmente, só poderia ser com a cristandade indiana, com o reino do Preste João. Compreendidos os percalços da negociação, à luz do problema estudado, a avença não seria difícil. As circunstâncias econômicas de lado a lado expostas inspirariam, até mesmo por intuição, o êxito dos enten-

dimentos colimados. Essencial seria o emprêgo do engenho resoluto que o Infante D. Henrique cultivou com marcas de esplendor histórico.

O projeto importava os seguintes resultados positivos: dispensa de intermediário e transbordos; rapidez no transporte; maior volume de carga; substituição do dorso do camelo pelo bôjo do galeão. Já aí se denunciava, no engenho, o sentido prático das coordenadas. O projeto era revolucionário, pois superava tôdas as soluções reunidas nas práticas até então vigentes. Se os recursos de informação e comunicação daquele tempo tivessem o cunho tecnológico hoje tão alardeado, decerto que a humanidade festejaria o sucesso luso como façanha idêntica à dos astronautas agora de pé no mundo da lua. Revistas as dimensões em função do tempo, agora mais instruído, a mesma coroa simbolizada na cabeça dos astronautas caberia na frente de D. Henrique.

No plano do Infante situou-se o nascedouro das explorações marítimas que envolveram o sul e o ocidente. Logo tiveram curso as grandes viagens que abrangeram a direção do oriente. Logo o encontro das duas passagens a leste e oeste: o cabo da Boa Esperança e o estreito de Magalhães. Na

série das descobertas, a costa d'África e as ilhas do Atlântico — a América do Norte e o Brasil. Hoje, pressionada por novos surtos do progresso científico e tecnológico, a humanidade aturdida não tem como pousar a imaginação. Mas quem possui olhos de ver, espraçando o olhar ao longo da distância, sabe que, com a Imprensa e a Reforma, o êxito do plano português marcou uma nova História dentro da História.

## II. VASCO DA GAMA, O PALADINO

Vasco da Gama foi quem corporificou a idéia motivada pelas causas expostas e aquecida pelo gênio do Infante D. Henrique; foi o descobridor do caminho marítimo para a Índia. A luz da estrêla abriu-se no seu bêmço em 1469 e a sombra da cruz fechou-se no seu túmulo em 25 de dezembro de 1524. Amanhã, celebraremos o 5º Centenário do seu nascimento, ocorrido em Sines. O pai Estevão da Gama era alcaide-mor; o filho, fidalgo de origem, como tal foi educado. Mas, desde os verdes anos, embora podendo dar-se ao luxo dos requintes, seus pendores prenunciavam o cultivo de aptidões excepcionais.

Ao tempo de D. Afonso V e D. João II, ainda imaturo, Vasco da Gama participou das guerras na África e exerceu missões qualificadas. Certo dia, já de nôvo em Portugal, D. Manoel mandou chamá-lo em Extremoz para confiar-lhe o comando da armada que deveria partir à procura do caminho da Índia. Os créditos daquele jovem, que não contava trinta anos, possuíam o lastro do arrôjo dinamizado na riqueza do espírito. Damião de Góes nos adverte de que a missão talvez constituísse segredo de família, não tendo escapado à confidência de D. João ao pai de Vasco da Gama; então, ambos já eram falecidos. O certo é que Vasco da Gama não contemporizou. A expedição sob seu comando, já em 8 de julho de 1497, partia de Lisboa ao encontro do irrevelado.

A expedição compunha-se da nau *S. Gabriel*, na qual iam o capitão-mor Pedro de Alenquer, como piloto, e Diogo Dias, irmão de Bartolomeu Dias, como escrivão; da nau *S. Rafael*, comandada por Paulo da Gama, tendo como piloto João Coimbra e como escrivão João de Sá; da caravela *Berrio*, capitaneada por Nicolau Coelho, tendo como piloto Pedro Escobar e como escrivão Álvaro de Braga. O navio *S. Miguel*, o quarto, êste não teve boa sorte,

pois foi destruído na Aguada de S. Braz, às ordens de Gonçalo Nunes, fâmullo de Vasco da Gama. Gaspar Correia registrou no livro *Lendas da Índia* os objetos e as alfaias que iam a bordo das unidades marítimas; além de armas, jóias, gomis, panos de ouro e sêda, mantimentos e medicamentos.

O roteiro foi cumprido com precisão. Uma semana após a partida, no dia 15 de julho, a expedição já se encontrava nas alturas das Canárias; a 27, ancorava na ilha de S. Tiago e a 3 de agosto partia para leste. Já em novembro, um sábado, dia 4, avistou terra; no dia 8, estacionou seus navios diante de uma grande baía a que foi dado o nome de Santa Helena. No rumo do Cabo da Boa Esperança, os ferros foram levantados no dia 16; o cabo foi montado no dia 22, entre festas a bordo. Já no dia 25, consagrado a Santa Catarina, a armada logrou entrar na angra de S. Braz. Ali foi cravada uma pedra, arvorando-se uma cruz de madeira.

O mar não era de rosas, tanto que no dia 12 de dezembro as naus foram afetadas por grande tormenta. Mas, quase logo a seguir, no dia 15, puseram-se à vista dos *Ilheus chãos*. De encosta em encosta, singrando ali e estacionando além, Vasco

da Gama e sua armada venciam os entraves. Em 2 de março, uma sexta-feira, comemora-se a entrada em Moçambique; em 15, dia de Páscoa, o ancoradouro de Melinde. Ali a recepção transcorreu de modo cordial. A tripulação da frota foi aumentada com o embarque de um piloto de Guzarate, retomando-se o caminho desejado. Enfim, no dia 24 de maio, cumprindo a etapa de um mês justo, a armada fundeou em Calicut. Então, o grande navegador se punha em face do fabuloso empório das riquezas orientais.

Mandado à terra um dos degredados incumbidos das missões de maior perigo, o emissário foi pôsto à frente de certo mouro. Este era poliglota e, de comêço, deu mostras de má catadura; mas um e outro se tornaram amigos. A amizade generalizou-se e os portugueses receberam do mouro serventias sem conta. Tratava-se do célebre Ben-Said, o mesmo que livrara a expedição das muitas traições contra ela urdidas. Vasco da Gama cuidou de avistar-se com o Samarim, título do soberano da terra, que lhe mandou um mensageiro para conduzir os navios ao pôrto de Pandarane. No dia 28, o imortal paladino da navegação e seu séquito eram recebidos pelo soberano.

A recepção terminou com um colóquio à parte entre os dois personagens principais. Era natural a inquietação dos mercadores mouros. Os monopolisadores do comércio não poderiam ver com bons olhos a chegada daqueles estrangeiros que, em nome de um rei poderoso, pretendiam celebrar alianças com os soberanos do oriente. Os mercadores teriam que tomar uma só deliberação: desfazer-se de tão terríveis concorrentes com ardís e peitas; fácil também lhes foi peitar os ministros de Samorim, visando à destruição da armada. O próprio soberano não teria como evitar a trama. Volúvel e timorato, relegou os portugueses ao desprezo, inclusive por considerar sem valia os presentes deles recebidos.

Mas era Vasco da Gama quem se encontrava com o poder da energia e da altivez à testa da reação. Cioso em face da conjura, comedido e resoluto, removeu os obstáculos. O triunfo que semeou com galhardia e impavidez talvez possa justificar sua inclusão na história diplomática de Portugal. As intrigas dos mouros, as exigências do catual, a má vontade do soberano, tudo foi varrido com o destemor mobilizado a serviço da temperança. Vasco da Gama logrou reaver os comandados injustamente

presos e superar os embaraços antepostos com a retenção de seis naires dos mais graduados. Estes só foram libertos após o suceso completo do celebrado timoneiro.

Eis como pôde ser decidido o retôrno, iniciado em 29 de agôsto. Malograram as ciladas dos naturais e dos mouros, que pretenderam sustar a viagem de volta. Esta foi acidentada e sofrida; trinta tripulantes morreram de escorbuto e numerosos outros se insubordinaram. A nau S. Rafael incendiou-se. Segundo as narrativas dos cronistas, parece que nas alturas do cabo Verde as naus se apartaram por motivos diversamente explicados. Segundo alguns, a separação teria sido causada pelos temporais; segundo outros, a causa concentrou-se na ambição das alvissaras. Seja como fôr, o certo é que Vasco da Gama foi fundear na ilha de S. Tiago e que Nicolau Coêlho, adiantando-se aos demais navios, entrou na barra de Lisboa numa quarta-feira, 10 de julho de 1499.

Quase todos os marinheiros do grande capitão voltaram doentes. Paulo da Gama, irmão do argonauta, pior que todos, apresentava sintomas fatais. Vasco da Gama fretou uma caravela no desembarque, entregou a nau S. Gabriel a João de

Sá e fêz-se com os seus ao reino de Portugal. O estado agravado de seu irmão fê-lo arribar à ilha Terceira. Em Angra, desembarcou o doente; êste morreu ali no dia seguinte. A chegada de Vasco da Gama a Lisboa ocorreu no dia 8 ou 9 de setembro, tendo sido recebido solenemente por D. Manoel no dia 18. Tôda a Côrte estava reunida. O grande navegador voltaria à Pátria após vinte e seis meses de atividades penosas. Mas com uma recompensa que há de lhe ter enchido o espírito de claridades gloriosas: sua emprêsa ímpar assombrou o mundo.

### III. RESTO DA HISTÓRIA

A emprêsa possibilitou a D. Manoel acrescentar ao título de rei de Portugal o de senhor da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia. Eis com que legenda se cunhou moeda de ouro no valor de dez cruzados. D. Manoel prometera ao navegador o senhorio de Sines por carta régia de 22 de fevereiro de 1501. Desde logo, enquanto não efetivada a posse, doou a Vasco da Gama um padrão de mil cruzados de ouro, como têrça. Não só; em 1502, foram-lhe concedidos trezentos mil reais de renda anual, com direito a transmiti-los aos seus descendentes. Mais que tudo:

Vasco da Gama foi elevado a almirante do mar da Índia com tôdas as honras, proeminências, liberdades, poder, jurisdição, rendas, foros e direitos.

O famoso Almirante voltou à Índia duas vezes. À primeira dessas duas últimas viagens iniciou-se em Lisboa no dia 10 de fevereiro de 1502. A armada compunha-se de vinte velas. Antes, uma outra foi organizada sob o comando de Pedro Álvares Cabral, por êle indicado, havendo contribuído, assim, indiretamente, para a descoberta do Brasil. O almirante foi quem aconselhou Cabral a navegar muito ao ocidente, pois mais fácil lhe seria dobrar o Cabo da Boa Esperança. Vasco da Gama decidiu-se voltar à Índia com o fim de castigar o soberano de Calicut pelo modo como o tratara. Em 3 de outubro de 1502, aprisionando uma nau que conduzia peregrinos, mandou incendiá-la. Salvaram-se vinte crianças, por sua ordem.

Mas não se deu por satisfeito. A 2 de novembro bombardeou e destruiu Calicut. Voltou a Lisboa em 1 de setembro com os ímpetos da vingança compensados. O almirante teria sido louvado com a desforra? Com certeza, não. Não faltou quem atribuisse às suas crueldades a desistência de D. Manoel, que pretendia fazê-lo primeiro vice-rei

da Índia. Não terá sido Vasco da Gama o primeiro a exercer a vingança, a despeito de não terem atraído os autores de iguais ou piores represálias a atenção negativa dos contemporâneos. O certo é que, durante o resto do reinado de D. Manoel e nos primeiros anos do reinado de D. João III, o nome do grande capitão foi esquecido.

Tudo quanto se sabe é que êle adquiriu o título de conde da Vidigueira. Depois, foi expulso da terra onde nasceu, com proibição de voltar, sob pena de ser multado em quinhentos cruzados e de castigos mais ásperos. A promessa de D. Manoel, quanto ao senhorio de Sines, frustrou-se. O senhorio pertencia ao mestrado de S. Tiago em que então se achava investido D. Jorge de Lencastre, duque de Coimbra e filho natural de D. João II. D. Jorge ter-se-ia oposto? Vasco da Gama teria exorbitado? A História omitiu ambas as respostas. Ela nos esclarece, apenas, que, por alvará de 26 de junho de 1507, foi ordenado ao grande navegador que saísse da vila de Sines com sua mulher.

Eis como D. Manoel recompensou o varão que lhe cobriu de glórias o reinado. D. Vasco da Gama voltaria à Índia. O retôrno aconteceu em 1524, sob o reinado de D. João III, quando o go-

vêrno da terra oriental era exercido de modo escandaloso por D. Duarte de Menezes. Lavrava ali inusitada corrupção. Seria necessária a presença de um homem respeitável que pusesse côbro às vergonhas expostas. Outro não poderia ser senão Vasco da Gama, que partiu com o título de vice-rei. Êste nomeou governador a Cristóvão de Lima, logo que chegou, ordenando-lhe não reconhecer a autoridade conferida a D. Duarte.

D. Duarte encontrava-se em Ormuz; tão logo lhe apareceu, foi declarado prêso e restituído ao reino. Houve reacção. Em consequência, Vasco da Gama mandou por a pique a nau que conduzia o prisioneiro. A sucessão dos atos de energia que teve de praticar com o fim de restabelecer a decência afetou a saúde do vice-rei, já bastante comprometida. Na madrugada de 24 para 25 de dezembro de 1524, morria Vasco da Gama, em Cochim, vítima de um antraz na região cervical. Contava mais de 70 anos. Seu corpo foi vestido em roupa de sêda, cobrindo-a o manto da Ordem de Cristo. Foi enterrado na capela-mor do mosteiro de Santo Antônio, pertencente aos frades franciscanos de Cochim.

Quatorze anos após, realizou-se a transladação dos restos do glorioso almirante para um jazigo da antiga igreja do convento de Nossa Senhora das Relíquias, próximo à da Vidigueira. Os preciosos despojos talvez tenham sido removidos de Cochim por algum dos seus filhos. Na campa, êste epitáfio: "Aqui jaz o grande argonauta Dom Vasco da Gama, primeiro conde de Vidigueira, almirante das Índias orientais e seu famoso descobridor". Com a extinção das ordens religiosas, a igreja foi profanada e tudo caiu no abandono. As sepulturas foram abertas e os ladrões saquearam o que valia a pena, deixando ossos espalhados pela nave do templo.

#### IV. GLÓRIA DE DUAS PÁTRIAS

Afinal, após as múltiplas e intrincadas peripécias narradas por Teixeira de Aragão, os restos mortais do ínclito argonauta foram recolhidos com os de Camões à igreja dos Jerônimos, em Belém. A cerimônia primou pelo luzimento. Quem pretenda ir além da síntese, para aprofundar-se no conhecimento da vida de Vasco da Gama, disporá de valiosos estudos, dentre os quais *As Lendas da*

*Índia*, de Gaspar Correia; *A História da Índia*, de Castanheda; as *Décadas*, de João de Barros; *A Ásia Portuguesa*, de Faria e Souza; *O Roteiro da Viagem de Vasco da Gama*, os *Comentários dos Lusíadas*, de Manoel Correia; o atraente ensaio de A. C. Teixeira de Aragão, *Vasco da Gama e a Vidigueira*, publicado em 1898. Dêsse mesmo ano, *O descobrimento do caminho marítimo para a Índia*, de Faustino da Fonseca, além de tantos outros livros, inclusive a *História de Portugal*, de Oliveira Martins, a de Alexandre Herculano e Pinheiro Chagas, etc.

A glória de Vasco da Gama não reluz apenas no feito da descoberta do caminho da Índia, mas nas conseqüências da descoberta e nos meandros entranhados na jornada épica. Singrar o mar sem fim, o vasto lençol verde das águas misteriosas e das distâncias ignoradas, tendo por testemunha insuspeita apenas a cúpula do azul, em busca de riquezas decantadas, climas desconhecidos, povos diferentes, eis o que não é tudo. Da epopéia do mar a história registra algumas datas dos descobrimentos e poucos nomes de descobridores. A história não mede os sacrifícios, as angústias, as torturas de que foram padecentes os semeadores do progresso usufruído pelas sucessivas gerações.

Dias e noites de mar alto, sem velas e sem gaivotas! Dias e noites de receios, seguindo-se, mas sem saber por onde, com risco de bater num rochedo ou noutra. O equilíbrio da caravela na crista das vagas, alagando-se nos abismos entre elas abertos, rangendo lùgubrememente no vergar dos mastros ou no comprimir do cavername. Eis o quadro que as apreensões molduravam. Mas seria preciso, por honra de Portugal! Apesar dos susurros hostís aos projetos do Infante, a consciência histórica do povo português se dava conta de que o mar era o fator soberano da grandeza do país. Quando o vendaval açoitava as povoações costeiras, o povo recordava as pavorosas lendas do Mar das Trevas e maldizia as emprêsas.

Hoje, tantos séculos vencidos, que diremos em cada momento de reencontro com o passado? Que seria do Brasil, sem Portugal? Sim, os documentos, os fastos, as histórias muito nos servem às lembranças. Mas será tudo? De que no vale recordar, sem sentir, e sentir sem compreender? O que a gratidão nos faz prender a Portugal talvez não seja só o bem legado, mas o mal evitado. Temos que banir da narrativa de tantas viagens a palavra *acaso*; pôr à parte a repetida explicação do *temporal*; abolir para sempre pomposas expressões

como *à ventura, ao som do vento, confiando apenas em Deus* e outras equivalentes, dadas como causa das descobertas.

Alguns julgavam engrandecer Portugal pondo-o a navegar às cegas, a tropeçar em terras e ilhas. Alguns imaginaram diminuir a glória, dizendo que os mareantes se guiavam por cartas e que se orientavam por instrumentos, como se a superioridade, o valor dos indivíduos e das nações estivessem nos azares da fortuna, em vez de consistirem no trabalho, no arrôjo, no estudo, nos talentos e no saber. A ciência de Portugal desvendou o oceano em todos os sentidos. Ela regressou do cabo Não; esmagou as serpentes do Bojador; zombou dos monstros do Mar das Trevas, que durante séculos tinha mantido a Europa prisioneira; dissipou os vapôres; desfêz intrincadas vegetações; despedaçou colunas e estátuas e foi erguendo padrões em seu lugar.

De origem portuguesa há apenas duas lendas: a o gigante Adamastor a defender o cabo das Tor-desilhas e a o cavaleiro de pedra no rochedo da ilha do Côrvo. Nesta última, o espírito luso foi colocar uma alegoria a novos descobrimentos, alegoria valiosíssima na época em que tudo se representava

por símbolos. Eis o cavaleiro pôsto na crista do rochedo, encarando o oceano na insensibilidade da pedra; apontando além, mandando seguir para o ocidente os cavaleiros de Cristo. O gigante Adamastor, da poesia épica, assim como o da poesia popular, representava a confiança na própria fôrça, a esperança no futuro, o desprêzo das lendas e terrores, o entusiasmo pela conquista do irrevelado. O cavaleiro a arrojarse dos penhascos era o símbolo da idéia que envolvia as descobertas.

O Infante D. Henrique, Vasco da Gama, Pedro Alvares Cabral e a esplêndida coorte dos seus seguidores, assim como os viveiros, celeiros e mealeiros difundidos à luz da Escola de Sagres, eis os sinais verdes que a História nos abriu para o desdobramento dos caminhos da prosperidade humana. Querer bem a Portugal e saber dignificá-lo é um estado de sentimento que permanece com os brasileiros. Hoje, celebramos a glória de Vasco da Gama no Clube que o tem como patrono, mas em cada dia do ano há sempre uma presença que nos prende a lembrança à terra ou à gente portuguêsã. Não precisamos sair de casa para avivar tanta lembrança grata. Portugal nunca está ausente das

pequenas grandes coisas da vida de cada um de nós.

## V. ACONCHÊGO CÍVICO

Posso dizer-vos, quanto a mim, que não sei estar em Portugal sem enleiar-me na bem-aventurança. Talvez tenha sido Alfama o sítio do mundo que mais senti fora do Brasil, com certeza por haver vivido ali como se o Brasil fôsse velho e me contasse as suas histórias. O Brasil, ali, segundo imaginei, tinha perto de cinco séculos e poderia falar da vida que seu pai levou quando o filho ainda não havia nascido ou não fôra descoberto. Quando minha alma se abriu em Alfama, voando por aquelas ruas com um metro de largo, que tentavam subir ladeiras ao encontro da saudade, eu me vi seguro como se estivesse em lugar santo.

Saudades vindas não sei de onde apertaram tanto o sentimento a latejar em tantas imagens que o próprio silêncio haveria de aderir à comunhão dos meus cinco sentidos. Um estranho ruminar aprofundou na intimidade do meu espírito lembranças de presenças que não vivi, que nunca foram sequer pressentidas, num crescendo de emoções intensificadas ao som dos fados. Os fados entravam pelos

meus ouvidos a dentro como se as portas fôsem de sua casa. A nostalgia tomou conta dos meus nervos a ponto de supor-me com uma trituração nevrálgica.

O gemer nostálgico dos fados dava uma sensação de música à minha nevrálgia. Minha alma voava para estimular os mergulhos do meu espírito. Quanto enlêvo há no esparecimento de uma adega de Alfama, sobretudo em noite de luar, mesmo indo-se ali só para beliscar lagostim, aquecer-se a alma no vinho branco e ouvir-se guitarra soluçar! Minhas horas em Alfama, com o luar espelhado nos azulejos antigos, pareciam irmãs daquelas outras que deixei na praia nordestina da minha infância. Sempre quis muito aos versos de Fernando Pessoa, mas passei a querê-los, sobretudo, quando os reli nos azulejos de Alfama.

Alguma razão silente aguçava no meu íntimo o transbordar de imagens veneráveis, que não sabia identificar. Talvez alguma desejasse fazer-me ouvir a voz agora compreendida: — “Não te acerques muito do caminho das Índias; afasta-te para o ocidente que descobrirás o Brasil”. Seria a voz do Almirante Vasco da Gama ao ouvido de Pedro Álvares Cabral. Cinco séculos depois, ela ainda

ressoa em nossa gratidão. Mas não importa o número dos séculos, pois sua perenidade está na História. Não só na História, também no amor que envolve, como no caso dêste próprio Clube, as gerações de ontem, as de hoje e as de sempre.

F I M



Edição do Club de Regatas Vasco  
da Gama, por resolução do Con-  
selho Deliberativo de 20-8-1969.

